

Exma. Senhora
Secretária de Estado dos Assuntos
Parlamentares e da Igualdade
Dr^a Maria Teresa da Silva Morais

N/ referência:

PG. 43 /2011.09.09 (360)

Assunto: Resposta à Pergunta N.º. 360/XII/1^a, de 5 de Agosto de 2011 -
"Candidatura e atribuição de bolsas de estudo aos estudantes do ensino superior para o ano lectivo 2011/2012".

Em resposta à pergunta mencionada em epígrafe, apresentada pelo Senhor Deputado Rui Borges Santos (PS), Sua Excelência o Ministro da Educação e Ciência encarrega-me de transmitir, relativamente às várias questões aí inscritas, os seguintes esclarecimentos:

1. O novo regulamento de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior tem em conta a experiência anterior, consagrando-se num único documento todas as regras que disciplinam a atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, suprimindo-se, desta forma, a necessidade de aprovação, *a posteriori*, de normas técnicas.
2. O Ministério da Educação e Ciência, em colaboração com a Direcção-Geral do Ensino Superior, está a desenvolver esforços e a agilizar procedimentos no sentido de concluir a elaboração do novo regulamento de atribuição de bolsas de estudo com a maior brevidade possível.
3. Será assegurado um modelo de transição no que respeita às exigências de aproveitamento escolar.
4. Não serão contabilizadas, no cálculo do rendimento do agregado familiar, as bolsas de estudo atribuídas a estudantes do ensino superior.
5. A publicação, no início do ano lectivo, do novo regulamento pretende evitar atrasos na análise e atribuição de bolsas no ano lectivo 2011/2012, procurando assegurar o cumprimento dos objectivos pretendidos pelo sistema de acção social.

Com os melhores cumprimentos

Gabinete da Secretária de Estado
dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade

Entrada N.º 1123

Data 09 / 09 / 2011

O Chefe do Gabinete

Vasco Lynce

Vasco Lynce



Pergunta

Excelentíssimo Senhor

Vice-Presidente da Assembleia da República

Assunto: Candidatura e atribuição de bolsas de estudo aos estudantes do ensino superior para o ano lectivo 2011/2012

Destinatário: Ministro da Educação e Ciência

Com a aprovação no parlamento durante a anterior legislatura, pela coligação negativa do PSD/CDS/ PCP e BE da Lei n.º 15/2011, de 3 de Maio, as bolsas de estudo e de formação no âmbito da Acção Social do Ensino Superior foram (alteração do Decreto Lei n.º 70/2010 de 16 de Junho aprovada pelo PSD/CDS/PCP/e BE) retiradas para efeitos de verificação da condição de recursos, criando um vazio legal, e voltando a destabilizar um processo que se conseguiu estabilizar durante o ano lectivo 2010/2011.

Este vazio legal cria insegurança aos candidatos a bolsa de estudo, porque quem se candidata e precisa de bolsa de estudo, necessita em primeira mão de conhecer as “regras do jogo”. Todos sabemos que as famílias de baixos rendimentos são mais adversas ao risco, e que estar constantemente a mexer nas regras (sem saber quais as que vão substituir as anteriores) não incentiva ao acesso ao ensino superior de estudantes de baixos rendimentos.

A prova que não havia uma alternativa estudada pela actual maioria no Governo, é que estando já abertas as candidaturas, os estudantes candidatos e os Serviços de Apoio (Serviços de Acção Social do Ensino Superior e Direcção Geral do Ensino Superior) desconhecem as regras com que serão avaliados os processos.

A anterior legislação veio a demonstrar que dentro dos condicionalismos económicos que o país atravessa, a atribuição de bolsas de estudo mostrou-se, no resultado final, e através da análise de dados nacionais menos penalizadora para os estudantes do que aquilo que muitos tentaram de forma errada fazer crer, a saber:

- Os dados nacionais revelam que foram processadas no ano lectivo 2010/2011 cerca de 64 mil bolsas a estudantes do ensino superior, que correspondeu a mais de 63% de deferimentos das candidaturas a bolsa de estudo registadas em todas as instituições de Ensino Superior, públicas e privadas.
- Dos requerimentos indeferidos, cerca de 40% incluíam património mobiliário superior a 100.000 euros, ou ausência de resposta às questões colocadas sobre a sua condição de recursos, ou ainda por instrução incompleta por parte dos estudantes.
- Cerca de 19% dos indeferimentos deveu-se a falta de aproveitamento escolar no ano lectivo anterior (que passou de 40% para 50% dos ECTS, ou seja, um mínimo de 30 ECTS) e, finalmente, cerca de 32% dos indeferimentos ocorreram em candidaturas com agregados familiares com excesso de capitação.



Em consequência da alteração ao regulamento há estudantes carenciados que receberam no ano lectivo de 2010/2011, bolsas de estudo de valores consideravelmente superiores.

Mais, não se registou qualquer acréscimo do número de cancelamentos de matrículas, face a anos anteriores. Por exemplo, nas Universidades Públicas, foi verificado um total de 5400 cancelamentos que é, portanto, semelhante ao de anos lectivos anteriores, em grande parte associado a transferências.

Também como pretendido, o ano lectivo de 2010/2011, foi o primeiro ano, em que as bolsas foram pagas desde o início do ano à maioria dos estudantes, que já eram bolseiros no ano lectivo anterior.

Esta indefinição e falta de regras, constitui, factor de grande preocupação para os estudantes do Ensino Superior, para as suas Associações, para as Instituições para a população em geral e para os Deputados que a representam.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, vimos solicitar através de V. Exa. que o Governo, por intermédio do Ministro da Educação e Ciência preste os seguintes esclarecimentos:

- A) Pretendo o Governo aproveitar total ou parcialmente as regras do anterior regulamento de atribuição de bolsas de estudo aos estudantes do ensino superior?
- B) Para quando prevê o Governo a aprovação do novo Regulamento de atribuição de bolsas de estudo aos estudantes do ensino superior, sendo certo, que as candidaturas já decorrem?
- C) Como garantirá o Governo que as bolsas de estudo estarão disponíveis no início do ano lectivo para os estudantes que dependem delas para prosseguir os seus estudos?
- D) Dado o vazio legal existente, pretende o Governo, á semelhança do passado salvaguardar os interesses dos estudantes com um regime de transição?
- E) Tendo sido reconhecido por todos (também pelo PS), que não deveria o regulamento considerar para efeitos de cálculo de rendimentos do agregado, o valor de bolsas de estudo e formação dos próprios candidatos ou de outros membros do agregado, vai o Governo em futuro regulamento contemplar esta alteração?

O Deputado do PS

Rui Santos